

Cooperação técnica oficial entre Brasil e Alemanha, 1987-2002

CARLA LEAL LOURENÇO DE MIRANDA

*Mestre em Relações Internacionais
pela Universidade de Brasília. Funcionária da ENAP.*

INTRODUÇÃO¹

Este texto pretende apontar e discutir alguns fatores que influenciaram a transformação nas diretrizes da cooperação técnica entre o governo brasileiro e alemão no final da década de 1980 até o período mais recente. Essa mudança é entendida como uma volta do foco da cooperação à *capacitação para o desenvolvimento*², em vez da simples transferência de equipamentos, técnicos, treinamento e tecnologia de forma unidirecional, do país doador para o receptor.

Com esse objetivo, o texto está dividido em três seções: a primeira trata do esclarecimento de alguns conceitos essenciais para o entendimento do assunto, como cooperação técnica oficial e capacitação para o desenvolvimento; a segunda faz uma retrospectiva da cooperação técnica desde o seu surgimento imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, relacionando suas orientações ao longo do tempo com os acontecimentos históricos até a década de 1990; e a última traça um perfil da nova orientação da cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha nos últimos dezesseis anos, buscando identificar as implicações para o processo de desenvolvimento brasileiro.

1. DEFININDO OS CONCEITOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA OFICIAL E DE CAPACITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

1.1. COOPERAÇÃO TÉCNICA OFICIAL

A cooperação técnica está inserida no contexto da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD)³, que envolve também a assistência de capital e o suporte orçamentário. Todas essas formas têm como objetivo aumentar o produto interno bruto e as taxas de crescimento de um país não desenvolvido, entretanto, cada uma procura atingir tal objetivo por meios diferentes: a assistência de capital por meio do aumento da oferta de capital (infraestrutura física – estradas, pontes, canais de irrigação e fábricas – e equipamentos duráveis); o suporte orçamentário ou ao balanço de pagamentos por meio de empréstimos vinculados à condição de implementação de reformas políticas; e a cooperação técnica, pelo aumento do fator de produtividade geral e pela construção de capacidade local⁴.

A cooperação técnica, diferentemente das outras duas formas de assistência para o desenvolvimento, possui um objetivo mais específico – que é o aumento da auto-confiança do país receptor por meio da transferência de *know-how* e habilidade e por meio do aumento de capacidades locais para a administração de recursos nacionais⁵. Ela atua principalmente no financiamento de recursos intangíveis, como o conhecimento, que também aumentam o resultado final da produção, mas, além disso, a cooperação técnica busca elevar a competência de recursos humanos e instituições nacionais. Para isso, são utilizados instrumentos materiais como a assistência técnica de peritos, programas de treinamento e outros recursos necessários ao aprimoramento da prática e aplicação de nova tecnologia⁶.

Embora as definições acima sirvam para diferenciar os tipos de assistência para o desenvolvimento, na realidade, a tradição burocrática das agências de cooperação multilaterais e bilaterais e a própria história é que determinam como as atividades de ajuda são classificadas e, por conseguinte, como os gastos são categorizados. Segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a cooperação técnica inclui, na contabilização de gastos:

1. transferências não reembolsáveis (na forma de dinheiro, bens ou serviços), para gastos com educação e treinamento de pessoal do país receptor, no próprio país ou no exterior; e

2. pagamento de consultores, peritos, professores, administradores e semelhantes, que estão servindo no país receptor.⁷

Dessa forma, os dados levantados pela OCDE sobre a cooperação técnica prestada bilateralmente não representam bons índices para avaliar o

impacto que esse tipo de assistência oferece na prática para o desenvolvimento dos países receptores. Isso ocorre porque, desde o final da década de 1980, desenvolveu-se uma nova concepção de cooperação técnica, segundo a qual o sucesso de um projeto não depende do volume de recursos destinados a ele, mas sim dos resultados alcançados em termos de capacitação para o desenvolvimento.

1.2. CAPACITAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

A capacitação para o desenvolvimento pode ser definida amplamente como um processo de melhoria nas habilidades de indivíduos, grupos, organizações e instituições para identificar e solucionar problemas de desenvolvimento de forma contínua e sustentável. É importante destacar que para se capacitar para o desenvolvimento não é suficiente uma intervenção que aja no âmbito da capacitação individual, ou organizacional, ou institucional, separadamente. De acordo com esse novo paradigma da cooperação técnica, deve-se planejar uma ação que abarque simultaneamente as três esferas – indivíduo, organizações e instituições –, para que as mudanças em uma não sejam interrompidas ou inibidas pelas outras e para que os efeitos sejam profundos e duradouros.

Para que um programa ou projeto de cooperação técnica seja uma forma de capacitação para o desenvolvimento, devem ser observados alguns princípios⁸:

1. o *aspecto sistêmico*, com o intuito de visualizar o problema integralmente e não dividi-lo para solucionar as partes, mas sim buscar identificar as relações entre as esferas do indivíduo, das organizações, das instituições e do ambiente político⁹;

2. a *abordagem holística*, relacionada ao aspecto sistêmico, em busca da análise do contexto e de uma ação concertada, a partir de uma visão comum sobre o problema¹⁰;

3. a *participação dos beneficiários* de um projeto, para se obter um conhecimento do local e a responsabilidade dos mesmos sobre seu próprio desenvolvimento¹¹;

4. o foco na *sustentabilidade*, para que ao final do projeto a população seja capaz de dar continuidade ao processo de desenvolvimento¹²;

5. a *mudança de atitude e comportamento*, capaz de influenciar transformações nas instituições, ou regras do jogo, promovendo a troca de modelos tradicionais por formas alternativas de solucionar problemas¹³;

6. a *gestão de mudanças*, que possibilita a retroalimentação do sistema, ou seja, a mudança de estratégia e o replanejamento, diante das incertezas¹⁴;

7. a *aprendizagem pela prática*, que torna o processo de desenvolvimento mais efetivo, quando se busca intercalar os cursos de capacitação com a aplicação dos conhecimentos na prática, possibilitando o questionamento do próprio aprendizado e a criação de novas soluções¹⁵.

2. PERSPECTIVA HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO TÉCNICA: DA ASSISTÊNCIA À PARCERIA

A cooperação técnica entendida como uma forma de ajuda oferecida pelos países desenvolvidos, com o intuito de melhorar as condições de países com grau de desenvolvimento mais baixo, foi institucionalizada imediatamente após a Segunda Guerra Mundial. Em 1949, o presidente norte-americano Harry Truman inaugura o primeiro programa de assistência técnica dos Estados Unidos para os países do Sul, a partir do Ponto IV de seu discurso de 20 de janeiro desse ano. Como pode ser observado de suas primeiras palavras, havia uma forte crença de que a promoção do desenvolvimento significava espalhar o progresso industrial por meio da transferência dos conhecimentos adquiridos pelos países industrializados:

Em quarto lugar, nós devemos embarcar em um novo programa ambicioso para disponibilizar os benefícios dos nossos avanços científicos e progresso industrial, para a melhoria e o crescimento das áreas subdesenvolvidas.¹⁶ (tradução da autora)

Com objetivo semelhante, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1949, estabelece seu Programa Expandido de Assistência Técnica, baseado no programa norte-americano, com foco na transferência de peritos e em treinamentos, no campo da economia e da administração pública.

A observação desses acontecimentos no período fundador da cooperação técnica internacional revela a predominância da ideia de assistência, que pressupõe a presença de um doador e um receptor. Segundo Maurice

Domergue, “o primeiro sabe (ou sabe como fazer) algo que o outro não sabe, e o objetivo é fazer com que o segundo chegue ao nível do primeiro”¹⁷.

Em 1958, foi criado o Fundo Especial das Nações Unidas, que acrescentou aos insumos da assistência técnica prestada pela ONU a transferência de equipamentos, além de focalizar-se em estudos pré-investimento. Estes sinalizavam quais eram as falhas a serem corrigidas – falta de estradas, pontes, indústrias, equipamentos – para modernizar o país assistido.

Três anos mais tarde, em 1961, o Ministério Alemão para a Cooperação Econômica (Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit – BMZ) é criado na República Federal Alemã (RFA). Esse estabelecia a cooperação exclusivamente com os países que não tinham relações diplomáticas com a República Democrática Alemã (RDA), o que denotava uma clara utilização desse instrumento como estratégia de defesa do capitalismo, no período da Guerra Fria.

Por esses fatos, pode-se afirmar que, na década de 1950 e início de 1960, a cooperação, ainda caracterizada pela assistência, prestava-se ao preenchimento de lacunas necessárias para acelerar o crescimento econômico, pois acreditava-se no desenvolvimento como um processo linear, que deveria levar necessariamente à modernização, tomando como modelo os países desenvolvidos. Além disso, pode-se observar nesse período a utilização da assistência técnica como instrumento geoestratégico, para a construção de instituições capitalistas, que serviriam de escudo à expansão comunista.

Em 1965, com a fusão do Programa Expandido de Assistência Técnica ao Fundo Especial das Nações Unidas, surge o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Seu objetivo, mais voltado para a construção de capacidades destinadas à autossustentação, trazia um elemento novo à assistência técnica: a preocupação com o resultado do processo, ou seja, o foco havia se deslocado da mera transferência de insumos para a criação de capacidades, nos países receptores, de gerenciarem seu próprio desenvolvimento.

Nessa mesma linha, o Banco Mundial lança, em 1973, o conceito de Necessidades Básicas Humanas, que despertava para a ideia de que o desenvolvimento não deveria ser apenas econômico, mas também social. Esse conceito envolvia a preocupação com a renda dos indivíduos e a necessidade da promoção de empregos produtivos e bem remunerados; com os serviços sociais, tais como saúde, alimentação, educação; e com a participação das

pessoas no próprio desenvolvimento, por meio da criação de autoconfiança, do fortalecimento da identidade cultural e da participação na vida comunitária.

Tais preocupações da segunda metade da década de 1960 e de grande parte da década de 1970 focalizavam-se na obtenção de resultados com a assistência técnica e não apenas na transferência de recursos. Para isso, buscava-se o fortalecimento das instituições e a melhoria da gestão pública nos países receptores, além do desenvolvimento centrado nas pessoas.

Já a década de 1980 – marcada pelas consequências das duas crises do petróleo na década anterior, pela elevação dos juros cobrados no pagamento da dívida contraída nos períodos áureos de crescimento econômico e pela consequente crise da dívida externa, com declaração de moratória por vários países em desenvolvimento – esteve muito mais voltada para o ajuste macroeconômico dos países debilitados pela crise. Desse modo, a cooperação técnica teve um papel secundário em relação à ajuda financeira, que vinha condicionada às reformas políticas e econômicas julgadas necessárias ao ajuste das contas externas.

Nesse momento, o foco era o estabelecimento da democracia, a abertura comercial, a descentralização do Estado e as privatizações. Essas medidas foram tomadas pelos países receptores da ajuda financeira, sem que fossem estabelecidas, em contrapartida, políticas sociais de amenização dos impactos negativos desse ajuste financeiro.

A década de 1990, por outro lado, trouxe várias mudanças no contexto internacional, que vieram afetar a orientação da assistência para o desenvolvimento, recuperando o papel da cooperação técnica. Acontecimentos – como a queda nos fundamentos geopolíticos da ajuda externa provocada pelo fim do conflito Leste-Oeste, a entrada das crises populacionais e ambientais na agenda internacional, a participação popular na vida político-econômica e o clima psicológico de maior interdependência na condução dos problemas mundiais – contribuíram para o ressurgimento de preocupações com o desenvolvimento social e ambiental, além do econômico.

As agências internacionais de desenvolvimento passaram a discutir como tornar a cooperação técnica mais eficiente e efetiva, dados os recursos escassos para a ajuda externa. Prestar atenção à eficiência significava buscar formas de produção de resultados com o menor custo possível, atentando-se para a efetividade, que revelaria se os resultados alcançados foram o máximo

possível do que se esperava. Com essa perspectiva, a cooperação técnica passou a ser feita menos como assistência e mais como parceria, o que significava a participação da população local na identificação e solução de problemas de desenvolvimento.

3. COOPERAÇÃO TÉCNICA TEUTO-BRASILEIRA: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO INCLUSIVO?

A cooperação técnica oficial entre o Brasil e a Alemanha começou a se pautar pela ideia de parceria e de desenvolvimento econômico, social e ambiental, no final da década de 1980. Em 1987, foram definidas três áreas prioritárias para a cooperação técnica com o Brasil:

1. o *combate à pobreza* baseado na autoajuda em áreas rurais e urbanas, tendo como grupos-alvo: pequenos agricultores, grupos de baixa renda em áreas periféricas urbanas, artesãos e pequenos industriais do setor formal e informal;

2. a *proteção do meio ambiente e de recursos naturais renováveis*, por meio do fortalecimento da competência administrativa e técnica de órgãos estaduais, da proteção e manejo sustentáveis de ecossistemas tropicais e do fomento da utilização racional de energia e fontes alternativas;

3. o *fomento da produtividade e competitividade de pequenas e médias empresas brasileiras*, por meio de treinamento e aperfeiçoamento, de medidas para modernizar a gestão, fortalecer e desenvolver instituições adequadas e melhorar os serviços tecnológicos.¹⁸

Em 1991, o BMZ estabeleceu cinco critérios para futuras parcerias de cooperação internacional:

1. Respeito aos direitos humanos;
2. Participação da população no processo político;
3. Garantia dos direitos jurídicos;
4. Criação de uma ordem econômica favorável à economia de mercado;
5. Atuação do Estado voltada para o desenvolvimento.¹⁹

Esses critérios seriam utilizados tanto para negociar com novos parceiros como também para condicionar as relações com os países com os quais a Alemanha já estava cooperando. Algumas ONGs alemãs concordaram

com a iniciativa do BMZ, pois achavam que era um avanço direcionar os recursos da cooperação para o desenvolvimento segundo princípios sociopolíticos e não apenas pela medição de *déficits* técnicos ou econômicos. Outras organizações denunciavam essa atitude como uma forma arbitrária de ditar normas para a conformação de sociedades alheias, sem respeito à história, à cultura e à estrutura social de outro país.

Na prática, segundo Kaiser Wolfgang²⁰, essas condicionalidades não foram motivo de redução dos recursos destinados ao Brasil, apesar de haver uma preocupação por parte dos alemães com o acompanhamento das reformas brasileiras visando à descentralização estatal para melhor combater a pobreza.

De acordo com dados do Comitê de Assistência para o Desenvolvimento (CAD) da OCDE²¹, que uma vez a cada quatro anos faz uma avaliação da assistência prestada por seus países membros, pode-se observar que de 1988 a 1999 houve um aumento em termos percentuais dos recursos destinados à infraestrutura social e uma queda dos direcionados à infraestrutura econômica e aos setores produtivos:

Tabela 1: Distribuição da Assistência Oficial para o Desenvolvimento alemão por áreas (em %)

	1988-89	1993-94	1998-99
Infraestrutura social	28	33	39
Infraestrutura econômica	32	22	19
Setores produtivos	20	11	9
Multisetorial	4	3	11
Outros	16	31	22
Total	100	100	100

Fonte: CAD/OCDE, 2001, p. 80²².

Dentro de infraestrutura social estão, principalmente, as áreas de educação, saúde, abastecimento de água e saneamento básico. Incluem-se em infraestrutura econômica as áreas de transporte, comunicações e energia, enquanto os setores produtivos englobam agricultura, pesca, extrativismo vegetal, indústria, mineração, construção, comércio e turismo.

A partir desse espectro, a observação do crescente aumento da concentração dos recursos da AOD nas áreas sociais permite afirmar que existe

uma sintonia entre o discurso e a prática da cooperação alemã para o desenvolvimento, nesse período. De acordo com o pensamento predominante desde fins da década de 1980, o desenvolvimento não deve ser entendido apenas como o crescimento econômico, mas também como a melhoria nas condições de vida da população, para que ela própria possa identificar seus problemas e solucioná-los ao longo do tempo.

Em concordância com esse novo paradigma, a principal agência alemã de cooperação técnica oficial, a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit – GTZ), coloca a *participação*²³ como um critério central para a orientação de seus programas e projetos. Esse princípio significa o envolvimento ativo de indivíduos, grupos sociais e organizações no planejamento e nos processos decisórios que os afetam. De acordo com essa visão, o *desenvolvimento* é entendido como um processo de transição, que é bem sucedido quando os indivíduos envolvidos assumem a responsabilidade por ele, e as mudanças ocorrem por meio de medidas de autoajuda. Segundo a GTZ, o termo *autoajuda* significa:

o esforço de alcançar metas por força própria. A auto-ajuda é uma reação individual ou coletiva a uma situação objetiva de emergência ou a uma situação considerada insatisfatória, a qual os indivíduos procuram superar com o objetivo de atingir um melhoramento sustentável das suas condições de vida e de aumentar sua autonomia. Os esforços de auto-ajuda podem ter em mira uma alteração da situação material ou o exercício de influência sobre as condições gerais políticas, sociais e culturais.²⁴

Diferentemente, a posição tradicional do governo brasileiro dá preferência aos projetos de transferência de tecnologia, revelando uma visão de desenvolvimento ligada à superação do atraso tecnológico. Desse prisma, prevalece a ideia do preenchimento de falhas para suprir necessidades de elevação da produtividade e aumento da produção, e permanece em segundo plano a função social da cooperação técnica.²⁵

A confluência da visão alemã e brasileira sobre a cooperação para o desenvolvimento pode ser observada, por exemplo, no âmbito do Programa Piloto para Preservação das Florestas Tropicais (PPG7), em que foi negociada a cooperação para a proteção ambiental, associando-a a projetos de desenvolvimento econômico de populações locais e transferência de tecnologias alternativas para o manuseio sustentável do meio ambiente²⁶.

Diante desse quadro, pode-se afirmar que o caráter social foi inserido nas negociações teuto-brasileiras sobre cooperação técnica, dando ênfase a programas voltados para o desenvolvimento social e ambiental, em equilíbrio com o econômico. Por um lado, a Alemanha contribuiu com o princípio de participação das pessoas no planejamento do seu próprio desenvolvimento e, por outro, o Brasil foi capaz de agregar à sua política de avanço tecnológico a importância da capacitação de seu capital humano.

Entretanto, ainda é preciso verificar se os projetos de cooperação técnica implantados durante esse período tiveram impacto positivo sobre a redução dos problemas sociais no Brasil e até que ponto eles contribuíram para a formação da consciência de cidadania da população mais pobre. Se isso foi alcançado, pode-se pensar na cooperação técnica como um caminho para o desenvolvimento inclusivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a cooperação técnica não tenha a mesma importância em termos financeiros que os investimentos diretos alemães no Brasil, sua contribuição para o desenvolvimento vai além da transferência de equipamentos e conhecimentos técnicos, em especial a partir do final da década de 1980. Seu papel refere-se principalmente à viabilização de condições para um desenvolvimento socialmente abrangente e em equilíbrio com o meio ambiente. Para isso, a *capacitação para o desenvolvimento* na cooperação técnica entre o Brasil e a Alemanha utiliza-se menos de recursos materiais e mais da participação dos recursos humanos.

Essa abordagem da cooperação técnica, mundialmente difundida a partir da década de 1990, demonstra uma resposta à insatisfação das agências internacionais de cooperação para o desenvolvimento com a permanência de problemas como a pobreza e a marginalização social.

Apesar de soar como uma preocupação meramente altruísta por parte dos países doadores, que incentivam a autogestão dos membros de países mais pobres, deve-se salientar que a política de cooperação para o desenvolvimento baseia-se sobretudo na crença de que, melhorando as condições de vida das regiões pobres, poder-se-á reduzir as migrações para os países de-

envolvidos, bem como o terrorismo e a destruição ambiental, que afetam todas as partes do globo.

Desse ponto de vista, a cooperação técnica representa um poderoso instrumento de cooptação, ou seja, de fazer com que o outro queira o que você quer, pois, em um projeto, existe uma área de contato entre culturas diferentes convivendo para alcançar resultados positivos. Nesse ponto, estão presentes tanto interesses humanitários e altruístas, como políticos, econômicos e estratégicos. Há, portanto, maior possibilidade de influenciar o outro por meio da cultura, da ideologia e das instituições, exercendo-se uma espécie de poder brando²⁷.

NOTAS

¹ A autora agradece ao Prof. Rodrigo Pires de Campos pela leitura preliminar e comentários.

² O conceito de *capacitação para o desenvolvimento* é definido amplamente como a melhoria nas habilidades de indivíduos, grupos, organizações e instituições de identificar e solucionar problemas de desenvolvimento de forma contínua e sustentável. Esse conceito será melhor abordado em seguida.

³ A AOD consiste em todo o tipo de ajuda promovida pelo setor oficial (de governo a governo), que tenha como principal objetivo a promoção do desenvolvimento econômico e do bem-estar social, e que seja feita em termos financeiros concessionais, isto é, pelo menos 25% do financiamento deve ser repassado em forma de doação. Ver FEINBERG, Richard E. "Foreign Aid". In: KRIEGER, Joel (ed.). *The Oxford Companion to Politics of the World*. New York: Oxford University Press, 1993, p. 309.

⁴ BERG, Elliot. *Rethinking Technical Cooperation: Reforms for Capacity Building in Africa*. New York: United Nations Development Programme, 1993, p. 48-49.

⁵ Idem, p. 50.

⁶ Idem.

⁷ DEVELOPMENT ASSISTANCE COMMITTEE (DAC). Development Cooperation Review: Germany. *DAC Journal 2001*. Paris, França: OECD, vol. 2, n. 4, 2001, p. 113.

⁸ Existe uma ampla bibliografia sobre capacitação para o desenvolvimento, produzida principalmente pelas agências internacionais de cooperação. Esses princípios foram sele-

cionados a partir da leitura de vários textos e das discussões em sala de aula, na disciplina Capacitação para o Desenvolvimento pela Cooperação Internacional, cursada no primeiro semestre de 2003, no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

⁹ Cf. QUALMAN, Ann & BOLGER, Joe. “Capacity development: a holistic approach to sustainable development”. *Development Express*, n. 8, 1996. International Development Information Centre (IDIC).

¹⁰ Cf. BASER, Heather. “From technical cooperation to capacity development: changing perspectives in CIDA”. *Journal of Technical Cooperation*, n. 2, 1996. Disponível em http://www.acdi-cida.gc.ca/cida_ind.nsf/OpenDocument, acessado em 06.11.2003.

¹¹ Cf. MITZLAFF, Klaus von & VERMEHREN, Andrea. “The end of technical cooperation: or just a change in concept?”. *D+C Development and Cooperation*, n. 3, maio-junho, 1994, p. 23-25.

¹² Cf. HILLEBRAND, Wolfgang; MESSNER, Dirk & MEYER-STAMER, Jörg. Technical Cooperation between Sustainability and Significance. In: *D+C Development and Cooperation*, n. 2, março-abril, 1995, p. 8-12.

¹³ FRAHM, Annette et. al. “Changing Behaviour: Insights and Applications”. Local Waste Management Program in King County, julho, 1996. Disponível em [http://www.acdi-cida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUIImages/CapacityDevelopment/\\$file/Changingbehavior-InsightsApplications-E.PDF](http://www.acdi-cida.gc.ca/INET/IMAGES.NSF/vLUIImages/CapacityDevelopment/$file/Changingbehavior-InsightsApplications-E.PDF), acessado em 06.11.2003.

¹⁴ Cf. NAUHEIMER, Holger. *Project Cycle Management (PCM)*. New project management tools or recycled approaches from yesterday? AT-Forum, n. 9, 1997.

¹⁵ Cf. FORSS, Kim; CRACKNELL, Basil & STROMQUIST, Nelly. *Organizational learning in development cooperation: how knowledge is generated and used*. Comissão de especialistas em questões de desenvolvimento, Ministry for Foreign Affairs, Estocolmo, junho, 1997.

¹⁶ Discurso inaugural do presidente Harry S. Truman, feito em 20 de janeiro de 1949. Trecho original: “Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas.” Disponível em: http://www.pbs.org/wgbh/amex/truman/psources/ps_inaugural.html, acessado em 06.11.2003.

¹⁷ DOMERGUE, Maurice. *Technical assistance: theory, practice, and policies*. Praeger Special Studies in International Economics and Development, New York: Frederick A. Praeger, 1968, p. 15.

¹⁸ KAISER, Wolfgang. Alguns dados sobre as relações entre Alemanha e Brasil. In: WOLFF, Luciano et alli. *Cooperação e Solidariedade Internacional na Alemanha*. Rio de Janeiro: ABONG/EZE e IBASE, 1994, p. 41-42.

¹⁹ KAISER, Wolfgang. Cooperação internacional politicamente condicionada. In: WOLFF, Luciano et alli. Op. cit., p. 45.

²⁰ Idem, p. 49-50.

²¹ DEVELOPMENT ASSISTANCE COMMITTEE (DAC). Op. cit., p. 80.

²² Idem.

²³ Cf. MITZLAFF, Klaus von & VERMEHREN, Andrea. Op. cit. DEUTSCHE GESELLSCHAFT FÜR TECHNISCHE ZUSAMMENARBEIT (GTZ). *How successful is Technical Cooperation?* Project results of GTZ and its partners: seventh cross-section analysis. Eschborn, Alemanha: GTZ, 2001, p. 15.

²⁴ GTZ. *Compêndio do vocabulário da GTZ*. Concepções e princípios fundamentais da cooperação técnica. Ajuda à auto-ajuda. Disponível em <http://www.gtz.de/glossar/portugiesisch/index.html>, acessado em 06.11.2003.

²⁵ Cf. CERVO, Amado. Socializando o desenvolvimento: uma história da cooperação técnica internacional do Brasil. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, ano 37, n. 1, 1994, p. 37-63.

²⁶ Cf. ABDENUR, Roberto. Política externa brasileira e “sentimento de exclusão”. *Textos de Política Externa*. Brasília: FUNAG, 1995, p. 149.

²⁷ Joseph Nye difere o poder brando (*soft power*) do poder forte (*hard power*). Este está relacionado à coerção, como é o caso do uso do poder militar, capaz de obrigar o outro a fazer o que você quer. Já o primeiro relaciona-se à cooptação, feita de forma pacífica por meio da influência ideológica. Cf. NYE, Joseph. *Bound to Lead*, New York: Basic Books, 1990.

RESUMO: Este texto discorre sobre as relações Brasil-Alemanha no âmbito da cooperação técnica internacional para o desenvolvimento, no período de 1987 a 2002. Explora, inicialmente, os conceitos de cooperação técnica oficial e de capacitação para o desenvolvimento, no contexto da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento. Em seguida, percorre diferentes abordagens da cooperação técnica internacional de acordo com transformações no conceito de desenvolvimento desde a década de 1950. Esse panorama histórico permite compreender os principais aspectos de mudanças nas diretrizes da cooperação técnica Brasil-Alemanha a partir da década de 1980, bem como implicações para o processo de desenvolvimento brasileiro com inclusão social. Finalmente, destaca-se a dimensão político-estratégica da cooperação técnica entre dois países.

PALAVRAS-CHAVE: Relações Brasil-Alemanha, Cooperação Técnica Internacional, Capacitação para o Desenvolvimento, Inclusão Social.

ABSTRACT: This text addresses the Brazil-Germany relations in the framework of the international technical cooperation for development between 1987 and 2002. It explores, initially, the concepts of official technical cooperation and capacity development under the context of the Official Development Assistance. Following this discussion, it goes through different approaches of the international technical cooperation according to transformations in the concept of development since the 1950's. This historical overview permits to comprehend the main aspects of change in the guidelines for the Brazil-Germany technical cooperation since the 1980's, as well as the implications to the Brazilian development process with social inclusion. Finally, it is highlighted the political-strategic dimension of the technical cooperation between the two countries.

KEY-WORDS: Brazil-Germany Relations, International Technical Cooperation, Capacity Development, Social Inclusion.



ARTIGOS

